



EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA AMAZÔNIA: apontamentos sobre exploração mineral, saúde e envelhecimento

Gladson Rosas Hauradou¹
Luziene Batalha Lima²
Greysy Kelly Araujo de Souza³
Dayana Feitosa Picanço⁴
Leiliane Amazonas da Silva⁵
Amanda Maciel Batista⁶

Resumo

Neste artigo, refletimos sobre a “questão social” na Amazônia, a partir de três eixos centrais: a exploração mineral, a saúde em Parintins (AM) e o envelhecimento em Parintins (AM). O objetivo é problematizar as expressões da “questão social” na Amazônia, em suas distintas “Amazônias”, com enfoque nos processos de exploração mineral e aprofundamento das desigualdades sociais, territoriais e geracionais em curso na região. Do mesmo modo, refletimos sobre as nuances e as particularidades que as expressões da “questão social” adquirem na contemporaneidade ao nível local e regional. Finalmente, a proposta é construir uma reflexão crítica sobre a “questão social”, trazendo à luz elementos e categorias necessários à apreensão dos fenômenos na sua totalidade, bem como sobre as políticas públicas presentes na região acerca das temáticas supracitadas.

Palavras-chave: Serviço Social; questão social; políticas públicas; Amazônia.

EXPRESSIONS OF "SOCIAL QUESTION" IN THE AMAZON: Notes about the mineral exploration, health and aging

Abstract

In the article, examine the "Social Question" in the Amazon, from the reflection about three central axis: the mineral exploration, health in Parintins (AM) and aging in Parintins (AM). The main goal is to analyze the expressions of "Social Matters" in the "Amazon", focuses on to the mineral exploration process and intensification on the social inequalities, territorials and generationals in process in the region. The same way it reflects on the differences and peculiarities that the the "Social Question" get in the present days to the local and regional level. Finally, the purpose is the creation of the critical reflection about the "Social Question" bringing up to the light elements, and categories, needed to the expressions of phenomenons in its totality, as well as about the public politics available in the region about the thematic above-mentioned.

Keywords: Social work; social question; public politics; Amazon.

Artigo recebido em: 25/01/2024 Aprovado em: 18/03/2024
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28nEp.2024.24>

¹ Assistentente Social. Mestre e Doutor em Serviço Social. Trabalhador/Docente no Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: gladson@ufam.edu.br.

² Pedagoga. Especialista em Psicopedagogia Institucional. Estudante de Pós-Graduação, especialização, em Estado Trabalho e Políticas Públicas do ICSEZ/UFAM/Campus – Parintins. E-mail: luziene.david2@gmail.com.

³ Assistente Social. Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade e Doutora em Educação. Trabalhadora/Docente no Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). E-mail: greysyaraújo@unilab.edu.br.

⁴ Bacharela em Serviço Social pelo Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: dayannapicanco@hotmail.com.

⁵ Bacharela em Serviço Social. Mestre em Serviço Social e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: leili.silva9@gmail.com.

⁶ Bacharela em Serviço Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Amazonas – PPGSC/UEA. E-mail: amandamaciel.amb@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, e suas distintas “Amazônias” (TEIXEIRA, 1998), permanece aos olhos do mundo como um enigma. Idealizada, “inventada” (GONDIM, 2007), equivocadamente interpretada, construída e reconstruída sob uma perspectiva exógena; uma esfinge a ser desvendada por outrem. “Trocando em miúdos”: uma forma reiterada de pilhagem, por conseguinte, de engendramento das expressões da “questão social” na região. Contudo, apropriada em suas particularidades pelos sujeitos, sócio-históricos, amazônidas. Essa relação contraditória, persiste no tempo e demanda das(os) amazônidas formas de apreensão que adensem uma compreensão que se expresse como contraponto crítico ao que se presume instituído/estabelecido no bojo das forças contemporâneas.

Lima (2001), ainda nos idos dos anos 70 do século XX, deixara clara essa concepção. Com a vênua do referido autor, sustentamos que a Amazônia ora figura como um novo “Eldorado”, ora como fonte de recursos “sociobiodiversos”, e, neste último caso, segundo as discussões mais recentes, sobre o potencial ainda não explorado do bioma amazônico. Um olhar capturado pelo ardil capitalista, como bem nos alerta Martinelli (2011) ao lançar mão dessa abordagem para entender o engendramento de forças hegemônicas opostas aos trabalhadores e trabalhadoras ao longo da história.

É desse amálgama que intentamos trazer à baila, entre outras frentes, como os processos de exploração mineral, o aprofundamento das desigualdades sociais e territoriais, a emergência e o desenvolvimento das questões de saúde e o envelhecimento em Parintins (AM), em curso na região, reiteram a luta de classes. Esta tem seu ponto mais agudo com a recorrência de conflitos armados nos quais tombaram, sobretudo, distintos trabalhadores e trabalhadoras da região — casos emblemáticos, já destacados por estes investigadores, como foram: o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no dia 17 de abril de 1996, e mais recentemente o episódio de Pau d’Arco, no município de Redenção, sudeste do Pará, em 24 de maio de 2017 (PORTAL AMAZÔNIA, 2018).

2 MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: uma reiteração das expressões da “questão social” na região

Neste tópico, objetivamos problematizar alguns aspectos das expressões da “questão social” em suas distintas “Amazônias”, com enfoque nos processos de exploração mineral em curso na região.

2.1 Amazônia: natureza/sociedades sob o prisma da luta de classes

O histórico de invasão das “Amazônias” por sujeitos alheios à região, é objeto de distintas

EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA AMAZÔNIA: apontamentos sobre exploração mineral, saúde e envelhecimento

disciplinas das Ciências Humanas e Sociais. Desses estudos, temos, como ponto de convergência entre aqueles(as) que se debruçam sobre a temática, e sob distintos prismas de análise, o fato de que a história da região é marcada por processos de exploração/expropriação desde o momento em que os europeus aqui se instalaram. À luz da perspectiva marxiana, com qual concordamos, esses e outros episódios similares expressam em si, com as devidas mediações necessárias, a “luta de classes”. Essa apreensão sustenta-se quando atentamos para a afirmação presente no Manifesto do Partido Comunista, segundo a qual a história da humanidade é a história da luta de classes (MARX; ENGELS *apud* NETTO, 2012): “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e jornaleiro, numa palavra, opressor e oprimido, estiveram em constante oposição um contra o outro”.

Na região amazônica e na “América”, essa luta está inscrita nos anais da história da humanidade com o sangue das sociedades originárias reduzidas drasticamente após o contato com os europeus, conforme podemos ver no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Quantitativo de populações amazônicas em contato com os europeus

Ano	Contexto	Registro Histórico/Científico
1639	2ª Expedição de Pedro Teixeira – 1639	“[...]” cerca de 150 nações diferentes ao longo das margens do rio Amazonas e na boca de seus principais afluentes” (Padre Cristovão de Acuña).
1639	Expedições de Pedro Teixeira	“Rios todos muito caudalosos, e com tanto número de índios de diferentes nações, que é impossível poder nomeá-los” (Pedro Teixeira).
1654	Leito de morte do cônego Manuel Teixeira, vigário de Belém (declaração juramentada)	“No espaço de 32 annos que há, que se começou a conquistar este Estado (do Maranhão e Grão Pará) são extinctos a trabalho e ferro, segundo a conta dos que nos ouvirão, mais de 2.000.000 (dous milhões) de índios de mais de quatrocentas aldeas, ou para melhor dizer, cidades muito populosas” (cônego Manuel Teixeira).
1662	Expedições de Francisco Orellana (1541-1542) e Ursua-Aguirre (1560-1561)	“Toda esta costa (falando da área entre São Luís do Maranhão e Belém) foi povoada de índios naturais, porque em todas as bocas dos rios havia grandes povoações que com o tempo (leia-se conquista) se despovoaram” (Maurício de Hariate).
1977	Pan-Amazônia antes do contato com os europeus	6.800.000 habitantes, sendo 5.000.000 na área da Bacia Amazônica (Etno-historiador William Denevan).
1977	Bacia Amazônica brasileira antes do contato com os europeus	3.625.000 habitantes (John Hemming).
2009	Chegada dos europeus à Amazônia	“[...] os primeiros europeus encontraram sociedades compostas por comunidades populosas, com mais de mil habitantes, chefiadas por tuxauas [...]” (Márcio Souza).

Fonte: Sistematização a partir de Freire *et al.* (1991) e Souza (2009) *apud* Hauradou (2022, p. 46).

Ainda que em contexto diverso ao que se dera na Europa no século XIX com a emergência da sociabilidade industrial, a chegada dos europeus à “América” e à região amazônica, onde a sociabilidade não apresentava similaridades com a perspectiva eurocêntrica, não se processou

sem o uso da força e da violência simbólica e/ou física. A chegada à “América”, “Aby Yala (‘Terra madura’, ‘Terra Viva’ ou ‘Terra em florescimento’)” para a primeira nação Kuna, cuja origem é a “[...] Serra Nevada no norte da Colômbia tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na costa caribenha do Panamá na Comarca de Kuna Yala (San Blas)” (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 1), fora forçada pela necessidade de ampliação dos mercados.

A grande indústria criou o mercado mundial, que o descobrimento da América preparara. O mercado mundial propiciou ao comércio, à navegação e às comunicações terrestres um desenvolvimento incomensurável. Este, por seu turno, incidiu sobre a expansão da indústria; e, na mesma escala em que a indústria, o comércio, a navegação e as ferrovias se expandiam, desenvolvia-se também a burguesia, que multiplicava os seus capitais e compelia a um plano secundário todas as classes legadas pela Idade Média (MARX; ENGELS *apud* NETTO, 2012, p. 187).

Esse processo, desencadeado na Europa, avançou para os demais quadrantes do planeta Terra, subsumindo relações sociais e de produção aos seus ditames com a brutalidade própria do *modus operandi* capitalista. Consolidou gradativamente uma sociabilidade cuja matriz é a exploração/opressão de homens e mulheres, e cujas propriedades, consoantes a esse processo, tornam-se tão somente sua força de trabalho. Revelou-se, assim, a presença e o avanço dos europeus na região, reverberando na “presença e avanço do capital na Amazônia” (HAURADOU e AMARAL, 2019), metamorfoseando-se ao longo da história — processo não se deu sem luta e sem que milhões de grupos étnicos não tivessem suas vidas ceifadas pela avassaladora sociabilidade alienígena às primeiras nações na região (REES, 2018).

2.2 Mineração na Amazônia brasileira sob o aval estatal: a reiteração das expressões da “questão social”

Particularmente, à produção de *commodities* de minério, dedicamos especial atenção em razão do *status* ocupado por essa modalidade de exploração em curso na região amazônica. Assentada nos denominados Grandes Projetos (do capital), essa modalidade de produção em larga escala desenvolve-se desde os anos 50 do século XX, por ocasião das iniciativas de exploração mineral na Serra do Navio, no então Território Federal do Amapá. “Era o fim da ditadura de Getúlio Vargas e a nova Constituição, promulgada em 1946, em substituição à Carta de 1937, estava fortemente inspirada em princípios do liberalismo econômico” (MONTEIRO, 2005, p. 187). De acordo com Malheiro (2020), de 1953 a 2020, há um quantitativo de mais de 30 projetos de exploração mineral em operação, com apenas um descontinuado — além de outros por virem a se materializar tão logo, ou seja, projetos a serem implementados, sendo mais de quatro dezenas. Vide Quadro 2, a seguir:

EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA AMAZÔNIA: apontamentos sobre exploração mineral, saúde e envelhecimento

Quadro 2 – Principais empresas de mineração na Amazônia em percentual da produção

Minério	Empresa	Unidade da Federação	Percentual da produção
Alumínio	Mineração Rio do Norte S.A.	PA	40,10%
	Mineração Paragominas S.A.	PA	31,23%
	Alcoa World Alumina Brasil Ltda.	PA	23,29%
Cobre	Salobo Metais S.A.	PA	55,94%
	Vale S.A.	PA	14,66,30%
	Mineração Maracá Industria e Comercio S.A.	GO	21,12%
Estanho	Mineração Taboca S.A.	AM	46,82%
	Cooperativa de Produtores de Estanho do Brasil	RO e PA	15,97%
	Cooperativa de Garimpeiros de Santa Cruz Ltda.	RO	7,98
	Cooperativa Estanífera de Mineradores da Amazônia Legal Ltda.	RO	6,29
	Estanho de Rondônia S.A.	RO	4,98%
Ferro	Vale S.A.	Somatória de MG/PA	71,90%
Manganês	Buritirama Manganês S.A.	PA	67,78%
	Vale S.A.	PA	14,60%
	RMB Manganês Ltda. Epp.	PA	1,98%
Nióbio	Mineração Taboca S.A.	AM	9,64%
Níquel	Vale S.A.	PA	18,06%
Ouro	Mina Tucano Ltda.	AP	5,21%

Fonte: ANM (2020) *apud* Hauradou (2022, p. 92).

O projeto descontinuado, a que nos referimos anteriormente, é o caso emblemático de Serra do navio, no Amapá, já destacado linhas atrás. Os resultados desse projeto do capital estão marcados de forma indelével nas condições de vida, trabalho e saúde das “comunidades do entorno” da mina desativada. Na verdade, “comunidades do entorno ou populações do entorno” são expressões que em si, anulam o real significado dos sujeitos históricos amazônidas, posto que sua presença na região é anterior aos empreendimentos minerários e/ou outros projetos impetrados com o aval do Estado brasileiro. Logo, o que se constata é manifestação latente de como esses processos expressam um dano irreparável à natureza e à humanidade. Sobre a questão, são estarrecedoras as sistematizações de Sakamoto (2001), Verbetes.Cetem (2012) e Milanez (2017).

Com relação aos recursos hídricos, os impactos da mineração ocorrem, pelo menos, em três níveis. Primeiramente, existe o elevado consumo de água; em segundo lugar, há problemas associados à extração mineral em si, que pode levar ao rebaixamento do lençol freático e ao comprometimento da recarga dos aquíferos; por fim, existe o risco de contaminação dos corpos d’água (MILANEZ, 2017, p. 95).

Ao nos reportarmos ao caso do Amapá, a Indústria e Comércio de Minérios S.A. (Icomi) foi acusada, pelo governo estadual, de ter contaminado uma região ligada ao porto de Santana, próximo à capital Macapá. O “saldo” desse processo foi contaminação derivada do arsênio, “[...] substância altamente tóxica que pode provocar câncer e até a morte [...]” (SAKAMOTO, 2001, p. 1). Outros

registros sobre o papel desempenhado pelas empresas minerárias na região e a reiteração das expressões da “questão social”, são os trabalhos de Archanjo (2015), Canto (2015), Maia e Malerba (2019), Wanderley (2012; 2021), entre outros, bem como o Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2020). A partir destes autores, e do documento do Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2020), sintetizam-se abaixo, algumas das expressões da “questão social” mais tangentes na região amazônica.

São atividades que, somadas à atuação de entidades governamentais, da especulação imobiliária, a edificação de hidrovias, rodovias, ferrovias, complexos/terminais portuários e aeroportos, madeiras, garimpo e siderurgia, demandam intervenções prementes como aquelas próprias às políticas públicas e à legislação ambiental. Dado que a emergência de doenças transmissíveis (sexualmente ou não); a falta de atendimento médico; a insegurança alimentar; a piora na qualidade de vida; a violência – ameaça, a alteração no ciclo reprodutivo da fauna; alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território; assoreamento de recursos hídricos; o desmatamento e/ou queimada; a erosão do solo; a falta/irregularidade na autorização, ou licenciamento ambiental; a falta/irregularidade na demarcação de território tradicional; a falta de saneamento básico; a favelização; a invasão/dano à área protegida ou unidade de conservação; a poluição atmosférica; a poluição de recurso hídrico; a poluição do solo; e a poluição sonora (HAURADOU, 2022, p. 112).

Os estudos recentes indicam que, para atender a implantação do complexo industrial-portuário-urbanístico das empresas de exploração mineral em larga escala, Albras/Alunorte, “[...] 2.582 famílias (ou 10 mil pessoas) experimentaram deslocamentos forçados dos seus lugares de moradia [...]” (HAZEU; COSTA; FIALHO NASCIMENTO, 2019, p. 175). Ainda que se processem com o aval estatal, isso não se dá sem resistência/mobilização coletiva *in loco*. Casos pontuais, como da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho/PA (Acorjuve) e da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (Arqmo), também no estado do Pará, são exemplos do poder de mobilização coletiva para fazer frente à presença e ao avanço do capital sobre seus territórios, expressando a dimensão política da “questão social” *in loco*.

Dando sequência às reflexões acerca das expressões da “questão social” na região, buscaremos, no próximo tópico, analisar o trabalho do Assistente Social no enfrentamento à gravidez precoce em Unidades Básicas de Saúde (UBS) no município de Parintins (AM). Pretendemos conhecer o debate afeito sobre a gravidez precoce no município e qual o trabalho realizado por Assistentes Sociais no seu enfrentamento em uma UBS.

3 O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL EM UBS: uma abordagem sobre a gravidez na adolescência em Parintins (AM)

Neste tópico, dedicamos especial atenção às causas que levam adolescentes a engravidarem precocemente e ao trabalho do Serviço Social ante o fenômeno, que trata-se de uma

questão de saúde pública e problema social.

3.1 A adolescência, gravidez precoce e o trabalho do assistente social

Nas últimas décadas, a atenção à saúde do adolescente vem sendo considerada como um importante desafio para a organização dos serviços de saúde e para a sociedade. A gravidez na adolescência é apontada pelos profissionais de saúde, educação e áreas sociais como problema social que aumenta com a diminuição da idade. É tida como um problema, porque a gravidez precoce induz a um ciclo vicioso de pobreza e baixa escolaridade (UNICEF, UNFPA 2017). Para o seu enfrentamento, inserida no contexto mundial de consolidação dos direitos humanos, a Constituição Federal Brasileira (CF) de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 estabelecem uma base sólida para o desenvolvimento de políticas para a juventude no Brasil, que também pensam a questão da gravidez precoce na adolescência e estabelecem uma gama de direitos e a proteção a essa etapa da vida.

De acordo o ECA, Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, considera-se adolescência a faixa etária compreendida entre os 12 e 18 anos. Tanto o ECA e quanto a CF de 1988 adotaram o princípio da proteção integral às crianças, previsto na Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1989, determinando como dever do Estado, da família e da sociedade, proteger as crianças e os adolescentes (BRASIL,1990). Em 21 de dezembro de 1989, através da portaria n.º 980/GM, o Ministério da Saúde criou o Programa Saúde do Adolescente (PROSAD), que se fundamentou numa política de promoção de saúde, identificação de grupos de risco, detecção precoce dos agravos com tratamento adequado e reabilitação, respeitando as diretrizes do Sistema Único de Saúde, garantidas pela Constituição Brasileira de 1988.

No Brasil, pela pesquisa realizada em 1996 pela Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil (BENFAM), cerca de 33% das jovens abaixo de 17 anos já tinham estado grávidas e 10% delas já tinham dois filhos. De acordo com informações divulgadas pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), 1 em cada 7 bebês é filho de mãe adolescente. A cada hora, nascem 48 bebês no Brasil de gestações na adolescência (FEBRASGO, 2019). A taxa mundial de gravidez adolescente é estimada em 46 nascimentos para cada 1 mil meninas de 15 a 19 anos, enquanto a taxa, na América Latina e no Caribe, é estimada em 65,5 nascimentos, superada apenas pela África Subsaariana, segundo o relatório “Aceleração do progresso para a redução da gravidez na adolescência na América Latina e no Caribe”. Quando consideramos apenas o Brasil, essa taxa se eleva para 68,4 (ONU BRASIL, 2018).

O impacto adverso da gravidez precoce emerge de forma mais clara quando se examina a

relação entre educação, pobreza e maternidade precoce. De acordo aos estudos realizados por Henriques *et al.* (1989), adolescentes cuja renda familiar se classifica entre as mais pobres ($\frac{1}{4}$ de salário-mínimo) quase não têm nenhuma chance de completar o 2º grau após o nascimento de um filho. Essa é uma situação delicada, pois 24% dessas adolescentes tiveram de 5 a 8 anos de escolaridade, mas somente 2% prosseguiram sua educação após o nascimento do filho. Entre as que tiveram um filho antes dos 20 anos, apenas 23% haviam estudado além da 8ª série, enquanto, das que não deram à luz, 44% estudaram além da 8ª série.

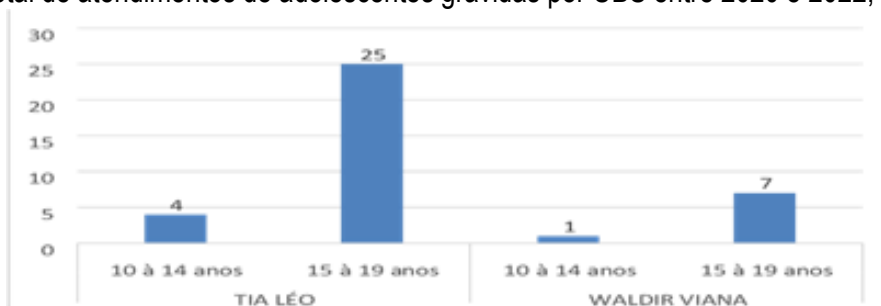
Uma multiplicidade de causas tem sido relacionadas à gravidez na adolescência (Ribeiro, 2000), entre elas estão a diminuição da idade da menarca; a iniciação sexual cada vez mais precoce; a falta ou inadequação das informações quanto à sexualidade e aos métodos contraceptivos; a não utilização de métodos por receio de que seus pais descubram que está tendo relações sexuais; a ocorrência da gestação na adolescência em familiares e pessoas próximas como modelos sociais, entre outros. Esses diversos fatores nos fazem compreender que o fenômeno gravidez na adolescência requer um olhar especializado dos profissionais que atuam diante desta expressão da “questão social”. Por isso, é importante destacar que as Equipes Multidisciplinares em Saúde têm um papel fundamental na orientação de adolescentes — em especial, pelo trabalho desenvolvido no sentido de informá-los sobre direitos e métodos contraceptivos, ofertando uma assistência pré-natal e puericultura de qualidade, orientando individualmente nas consultas, incluindo a família sempre que possível, e fazendo grupos para educação permanente, observando assim a importância da abordagem em educação sexual dos adolescentes.

3.2 O trabalho do assistente social diante da gravidez precoce nas UBS em Parintins (AM)

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), no estado do Amazonas há mães com idades entre 10 e 14 anos, mas a maior incidência de gravidez precoce se apresentou na faixa etária de 15 a 19 anos. De modo geral, houve o total de 7.541 registros de nascimentos de janeiro a julho de 2022, o que representa 23% do total de partos de todo o estado do Amazonas. Sobre o cenário do Município, de acordo com a SUSAM, na rede pública de saúde as políticas de planejamento familiar em nível da assistência incluem o comportamento e a orientação de adolescentes com histórico de gravidez precoce, além de ações como a implantação de DIU de cobre oferecida após parto ou abortamento. Em Parintins (AM), com base no Relatório da Secretaria Municipal de Saúde o retrato do atendimento a casos de gravidez na adolescência é a seguinte:

EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA AMAZÔNIA: apontamentos sobre exploração mineral, saúde e envelhecimento

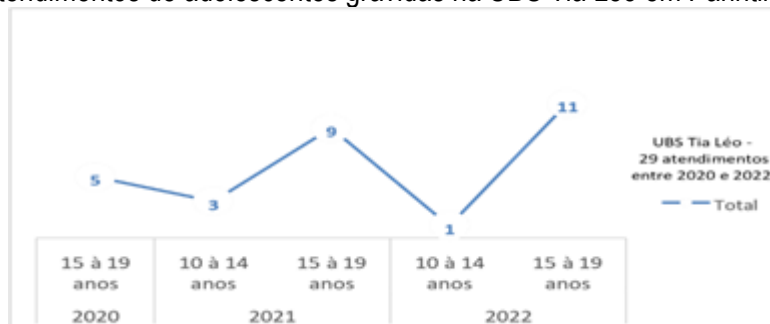
Gráfico 1: Total de atendimentos de adolescentes grávidas por UBS entre 2020 e 2022, Parintins (AM).



Fonte: Base de dados da Secretaria de Saúde de Parintins (AM), 2022.

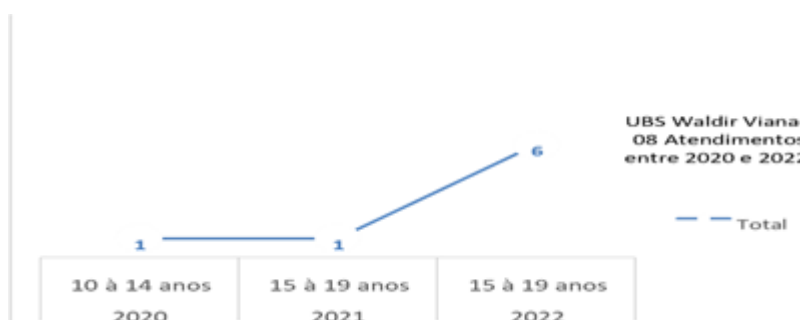
Assim, é possível observar que tanto a UBS Waldir Viana quanto a UBS Tia Léo apresentaram aumento significativo de adolescentes grávidas entre os anos de 2020 e 2022. No Gráfico 01, vemos que, em ambas as UBS, a maior frequência de idade foi de 15 a 19 anos do total de atendimento das adolescentes grávidas. De acordo com o estudo realizado por Picanço (2023), observando o cotidiano na Unidade Básica de Saúde e a sua progressiva demanda, foi constatado o crescimento do número de adolescentes gestantes no Município Parintins. Esse dado tem se mostrado crescente não só no referido município mas também vem atingindo todo o país. Assim, para maior detalhamento das Unidades de Saúde, os Gráficos 2 e 3 a seguir apresentam dados específicos por UBS:

Gráfico 2 - Atendimentos de adolescentes grávidas na UBS Tia Léo em Parintins (AM)



Fonte: Base de dados da Secretaria de Saúde de Parintins (AM), 2022.

Gráfico 3 - Atendimentos de adolescentes grávidas na UBS Waldir Viana em Parintins (AM)



Fonte: Base de dados da Secretaria de Saúde de Parintins (AM), 2022.

Observamos que a demanda na UBS Tia Léo foi maior, o que exige dos seus profissionais maior proximidade com a temática e o esforço de buscar junto à realidade local formas de melhor compreender quais fatores estão presentes e contribuem para esse cenário. Logo, um dos desafios postos ao trabalho do Assistente Social e de toda a equipe multidisciplinar na Atenção Básica em saúde, é desenvolver a capacidade de decifrar a realidade e construir proposta de trabalhos criativos e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas, sendo agente propositivo e não apenas executivo.

De acordo com relatos de profissionais Assistentes Sociais entrevistados por Picanço (2023), “a importância é conversar junto com a adolescente e com a família, realizando orientações sobre os seus direitos” (Dados de pesquisa de Picanço em 2023), ou seja, o trabalho vai além de somente a adolescente, é preciso trabalhar a sua rede de apoio familiar. Sobre o trabalho realizado, as profissionais entrevistadas por Picanço (2023) relataram que “as demandas chegam de diversas formas”, tanto através da identificação por parte de agentes comunitários que “realizam acompanhamentos domiciliares quanto de forma direta através do próprio setor de serviço social, pelas adolescentes grávidas junto com suas famílias” (Dados de pesquisa de Picanço em 2023).

Por fim, sobre as ações e estratégias desenvolvidas junto às adolescentes grávidas, as profissionais relataram que em Parintins (AM) desenvolvem “o agosto dourado, que é o mês que intensifica o encontro com as grávidas no sentido de trazer um momento sempre junto à equipe multiprofissional, realizando atividades como por exemplo rodas de conversas para orientações e de sorteios de brindes voltadas apenas para as grávidas” (Dados de pesquisa de Picanço em 2023).

Com base nos relatos, não conseguimos identificar ações preventivas voltadas aos adolescentes em Parintins (AM), ações de caráter educativo e preventivo. Destacamos que as ações são de grande relevância para o atual cenário municipal e nacional da gravidez precoce. Nesse contexto, segundo Lamamoto (2011) compreendemos que o profissional de Serviço Social, por ser um profissional por sua natureza e que precisa ser criativo e propositivo, precisa construir ações mais amplas que ajam diante das demandas emergentes de acompanhamento mas que também pensem sobre a prevenção, o cuidado e a proteção ao adolescente. Com essas ações educativas, podem articular com outras redes, incluindo e aproximando os(as) adolescentes ao debate sobre direitos e políticas públicas.

Na esteira de nossa reflexão, a seguir será discutida a relação “questão social” e velhice no contexto amazônico com ênfase em Parintins (AM).

4 “QUESTÃO SOCIAL” E VELHICE NO CONTEXTO AMAZÔNICO: enfoque sobre o município de Parintins

Neste último tópico, refletimos sobre expressões da “questão social” e velhice no município de Parintins, Amazonas, município que comporta 3,66% da população idosa do Estado. Uma população que junto aos demais segmentos da sociedade é atingida pelos efeitos do desenvolvimento do capitalismo na região e que avança promovendo inúmeras desigualdades sociais.

4.1 Compreendendo a velhice

O envelhecimento do ser humano configura-se como fenômeno universal, que tem ocorrido de forma acelerada no mundo. É um processo de mudança natural e peculiar de cada indivíduo, o que o caracteriza como singular e heterogêneo. Para Faleiros e Loureiro (2006), a heterogeneidade é dada pelas múltiplas dimensões do envelhecimento. Igualmente, Goldman (2009) o aponta como um fenômeno complexo com características variadas que percorre toda história da humanidade, razão pela qual análises precisam percorrer por diversas disciplinas haja vista aspectos culturais, temporais e espaciais que o tornam complexo.

A velhice por sua vez, enquanto resultado desse processo complexo e multidimensional, é possível de ser analisada e compreendida se considerarmos também suas múltiplas feições, pois, conforme Beauvoir (1990, p. 345), ela é multideterminada e possui aspectos irredutíveis uns aos outros. Na compreensão da autora, “a velhice é o que acontece com as pessoas quando ficam velhas; impossível encerrar essa pluralidade de experiências num conceito, ou mesmo numa noção”. Entretanto, existem concepções que, segundo Belato (2009), são provenientes da nomeação das pessoas idosas nas diferentes culturas, nas quais, mesmo não expressando diretamente a condição social delas, apresentam claros traços dessa condição. Não podemos ignorar a existência do sentido negativo à condição da pessoa idosa, que também provém de uma herança cultural e histórica na qual as ideologias da velhice podem expressar significados distintos, dentre os quais, os que demarcam aspectos incoerentes. Assim, valores culturais também influenciam na representação equivocada da velhice.

Relações de prestígio e de poder sempre foram preponderantes nas sociedades antigas. Nessa relação de poder, pessoas idosas de classe social não abastadas não possuíam visibilidade, embora fossem pouco numerosas — até porque a experiência da velhice se realizava nas pessoas com maior poder aquisitivo, e isso as possibilitavam melhores condições de envelhecer. Por isso, Beauvoir (1990) ressalta a importância de se examinar o lugar destinado às pessoas idosas, e a

representação que se faz em diferentes tempos e lugares, pois, para ela, é a luta de classes que vai determinar a maneira como o indivíduo vai ser surpreendido pela velhice.

Assim, ao situarmos a velhice no contexto amazônico, há de se considerar também elementos socioculturais, políticos e econômicos que compõem o espaço cujos reflexos são oriundos do seu processo de formação e que traduzem modos vida de seus habitantes, inclusive na forma como cada pessoa envelhece e vivencia a sua velhice. Na Amazônia, essa condição de existência se expressa nos indígenas, nos negros, nos quilombolas, nos ribeirinhos, nos brancos, entre outros indivíduos dentro de marcadores que revelam a sociodiversidade existente. Cada segmento ou grupo possui formas de organização social, relações de trabalho específicas, crenças, valores e elementos culturais com características peculiares. Isso nos remete a Goldman (2009), ao elucidar a importância das dimensões culturais, sociais e políticas do envelhecimento, apontando a velhice como:

[...] um fenômeno histórico, social e cultural, enfim, multifacetado e multidisciplinar. Perpassa as trajetórias de vida pessoal e social e só pode ser compreendida em determinados tempos, espaço, classe social, relações de gênero e de etnia, dentre outras variáveis (GOLDMAN, 2009, p. 28).

Nesse viés, podemos dizer que as expressões da velhice na Amazônia se traduzem a partir da realidade local, na qual coexistem adversidades e formas de proteção social que vão impactar nos modos e na qualidade de vida das pessoas. Alguns habitantes poderão ter condições para envelhecer com qualidade, outros não terão essa mesma oportunidade. Para Silva (2012), a “questão social” no cenário Amazonense não se manifesta somente na desigualdade social, mas numa questão política que perpassa as relações de classe no desenvolvimento da produção capitalista. Compreendê-la requer um esforço para desvelá-la dentro da estrutura da sociedade; isso porque, segundo Ianne (1992, p. 92), “a questão social mescla, aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos”. Somam-se a isso os aspectos geracionais.

Na sociedade capitalista contemporânea, designações têm sido criadas com a perspectiva de suavizar, nos discursos produzidos, os estigmas que à população idosa são atribuídos no cotidiano. Algumas designações, dentre as quais, a “terceira idade”, são meramente tendenciosas na afirmação do valor da juventude, que, por sua vez, apresenta-se no escopo das relações capitalistas como estilo de vida mais adequado (DEBERT, 2009; DEBERT 2012; TEIXEIRA, 2008; PAIVA, 2014). Todavia, em se tratando de sociedade capitalista, é importante fazermos uma ressalva no que diz respeito à valorização da juventude e conseqüentemente à negação da velhice, pois, conforme Paiva (2014), essa valorização só se realiza enquanto força de trabalho e consumo de mercadoria. Segundo a autora, há realmente um tributo à juventude, mas a juventude que exerce sua capacidade funcional ao sistema do capital.

Ante ao exposto, a compreensão da velhice requer a quebra de estereótipos criados e recriados socialmente. Entendê-la solicita esforço para desvelá-la a partir das condições de existência de cada indivíduo ou grupo, considerando ainda formas de proteção social à essa condição humana.

4.1.1 “Questão social” e a vivência da velhice em Parintins

Parintins é um município localizado na sub-região do Baixo Amazonas, e contém uma estimativa de 115 mil habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (CENSO, 2010). Dessa estimativa, 7.153 referem-se ao quantitativo de pessoas consideradas idosas, tendo como base para essa categorização a Lei n.º 10.741/2003, que considera idosos os indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos.

O IBGE, no Censo de 2010, aponta que a quantidade pessoas idosas atualmente residentes em Parintins corresponde a 70% dos residentes na área urbana e a 30% na área rural. Em se tratando de gênero, é importante ressaltar que, das pessoas idosas residentes na área urbana, 48% correspondem ao sexo masculino, um índice menor em relação às mulheres idosas, que é de 52%. Por outro lado, na zona rural da cidade, 60% de idosos são do sexo masculino e 40%, do sexo feminino — o que mostra predominância maior de mulheres idosas na zona urbana de Parintins.

Ao realizar um estudo sobre o cotidiano na velhice em Parintins, Silva (2016) destaca elementos que expressam a vivência da velhice nesse município. A autora entende que falar da velhice requer considerar as peculiaridades do lugar e do processo de envelhecer de cada habitante, pois, como já foi mencionado, a velhice se expressa em homens e mulheres pertencentes a ambientes diferenciados. Há velhices urbanas e velhices rurais.

Essa plural condição humana demanda atenção especial quando se trata de analisar suas condições de existência e as formas de proteção social engendradas, pois na região amazônica ocorreram e ainda ocorrem contradições sociais que são inerentes às relações de produção na sociedade capitalista, que, de acordo com Scherer (2016), se traduzem na exploração do trabalho, na fome, na miséria e nas formas de violência.

Ao considerar tempo e espaço, a autora destaca que o capitalismo na Amazônia assumiu diferentes formas de exploração, que engendraram relações sociais e econômicas e repercutiram na vida cotidiana do índio, do caboclo, do ribeirinho e de outros segmentos que compõem a população da região. Inclusive, fatores econômicos, sociais e naturais ainda são elementos influenciadores no despontar populacional para a zona urbana de Parintins. A ineficácia ou a ausência de políticas públicas voltadas para a população do campo são historicamente recorrentes. Hoje a educação básica, ainda que precária, já se faz presente em comunidades rurais; no entanto, a história da educação

sinaliza que nem sempre as pessoas tiveram acesso à educação formal; a esse fator dá-se o índice de analfabetismo de pessoas idosas. Vale ressaltar, que a educação não consiste somente no único direito do qual as pessoas, para além das pessoas idosas, foram alijadas no decorrer dos anos no Brasil. Na verdade, as iniciativas de atenção à população por parte do Estado, em períodos precedentes à década de 1980, não possuíam equivalência universal, eram pontuais, precárias.

Sabemos que a qualidade de vida pressupõe acesso a políticas públicas, principalmente que atendam às particularidades da nossa região, pois compreendemos que a Amazônia e suas sub-regiões vão além da biodiversidade. Silva (2016), em seu estudo, identificou elementos que, na concepção de pessoas idosas no município de Parintins, constituem-se como determinantes da vivência da boa velhice.

Quadro 3 – Determinantes para a boa velhice na concepção de pessoas idosas

Mulheres	
- É preciso mais saúde; - Tem que cuidar da saúde; - Ter uma boa saúde; - Boa alimentação, porque tudo tem limite; - Um pouco de paz, carinho, amor, união da família e saúde.	Saúde Alimentação Afetividade
Homens	
- Cuidar da saúde, não beber cachaça, porque isso estraga o corpo da pessoa; - Saúde em primeiro lugar; - Cuidado com a vida, saúde, lazer; - Ter pessoas pra gente conversar; tem que ter boa saúde. Não adiante ter dinheiro se não tem outras coisas que precisamos.	Saúde Lazer Socialização

Fonte: Silva (2016)

No Quadro exposto, o principal determinante elencado é a saúde, mas, como é possível notar, há também outros fatores, como a alimentação, o cuidado, o lazer, a socialização e a afetividade. Se levarmos em conta que a boa velhice depende das condições de reprodução dos indivíduos na sociedade, vamos ver que os determinantes elencados são elementos que se complementam. Para viver bem, as pessoas precisam ter saúde, e para isso necessitam de alimentação e de serviços concernentes à promoção de bem-estar, como: moradias adequadas, saneamento básico e condições financeiras.

Parintins, no entanto, enfrenta sérios problemas de ordem estrutural e social, sendo um dos principais a desigualdade social. Ela se manifesta de várias maneiras, a começar pela segregação espacial. Sousa (2011) destaca que, quando o aumento da população urbana começou a se despontar, Parintins não estava preparada para atender a todas as necessidades requeridas. Por conta disso, pessoas passaram a viver em condições de vida não dignas, morando em habitações à beira dos córregos poluídos, próximas a “lixões”, de forma a comprometer sua saúde e o meio ambiente. Ainda assim, a oferta de serviços pelo poder público seja na área da saúde, da educação ou da assistência

social, seja a geração de emprego e renda, habitação entre outros, ainda é precária.

Destacamos que saúde não é somente ausência de doença; para tanto, há a necessidade de investimento em políticas públicas que possibilitem qualidade de vida e conseqüentemente condições de saúde, como oferta de saneamento básico, mobilização, alimentação, renda, lazer etc.

A busca por autonomia e independência faz parte da vida cotidiana dos velhos, seja através do trabalho manual ou de participação nos grupos de idosos pertencentes ao Programa de Atenção Integral ao Idoso de Parintins. Vale ressaltar que há casos em que a necessidade de trabalhar ocorre em razão de satisfação pessoal, mas existem pessoas isentas de aposentadorias ou de benefícios que exercem atividades laborativas para satisfação de necessidades vitais suas e de seus dependentes.

Infelizmente, sem planejamento, Parintins cresceu de forma desordenada, e a administração pública deixou a desejar quando não acompanhou com responsabilidade esse crescimento; como foi dito, na medida em que a população de uma cidade vai aumentando, ela demanda ações e serviços que possam de forma equânime garantir condições de reprodução social adequadas. Mesmo diante das inúmeras adversidades enfrentadas pela população idosa em Parintins, Silva (2016) destaca que pessoas idosas conseguem usufruir de uma velhice bem sucedida dentro da medida do que consideram ser bom para se viver, a exemplo do lazer e das relações de amizade proporcionados nos Grupos de Idosos, crenças e valores próprios da cultura local ou das comunidades as quais pertencem — mas isso não quer dizer que os velhos não precisem ter acesso a elementos necessários que garantam qualidade de vida plena.

Como já foi mencionado, em Parintins há uma pluralidade de velhices, há velhices na zona urbana e na zona rural e as políticas públicas precisam alcançá-las. Para tanto, é preciso considerar a diversidade territorial e sua sociodiversidade, pois requerem recursos assistenciais que considerem a realidade de cada localidade. Do exposto, podemos compreender que as expressões da “questão social” que atingem a vida na velhice em Parintins também derivam da investida capitalista no contexto amazônico; apesar de estar à frente dos demais municípios do interior do Estado do Amazonas em termos de desenvolvimento econômico e social, Parintins ainda encontra dificuldade em promover serviços necessários. A verdade é que no enfrentamento das expressões da “questão social”, as ações e os serviços implementados pouco se propõem a superar as causas estruturais emanadas do capitalismo. As ações públicas que permeiam o cotidiano amazônico são políticas compensatórias incapazes de resolver ou eliminar o fenômeno da “questão social”, apenas amenizam os problemas; o que há são ajustes face às relações capitalistas.

5 CONCLUSÃO

As reflexões produzidas neste estudo voltaram-se para destacar a reiteração das expressões da “questão social” na Amazônia brasileira. Tomam como questão norteadora o enfoque nos processos de exploração mineral e o aprofundamento das desigualdades sociais, territoriais, de saúde e geracionais em curso na região. Assim sendo, destacamos as seguintes ponderações, a saber:

- ✓ No que se refere à exploração mineral em larga escala, tanto esses processos quanto outras frentes de exploração/expropriação corroboram para o acirramento da luta de classes na região, em que o Estado brasileiro desempenha uma função essencial como mediador dessa reiteração de lutas.
- ✓ Ao analisarmos o trabalho de assistentes sociais no enfrentamento à gravidez precoce, constatamos que o processo tem como objetivo trazer uma compreensão do profissional, para que possa contribuir na sensibilização/conscientização da prevenção da gravidez na adolescência e os riscos associados. Nesse contexto, o papel do(a) Assistente Social na área da saúde reitera sua relevância na luta pelos direitos da criança e do adolescente e no enfrentamento que abrange a gravidez precoce, assim como na atenção a adolescentes que já estão grávidas, mostrando a necessidade de articular as políticas públicas para enfrentamento dessa questão, e considerando que são variadas as determinações da gravidez precoce.
- ✓ Compreendemos que as expressões da “questão social” que atingem a vida na velhice em Parintins também derivam da investida capitalista no contexto amazônico. A cidade, apesar de estar à frente dos demais municípios do interior do Estado do Amazonas em termos de desenvolvimento econômico e social, ainda encontra dificuldade em promover serviços necessários. No enfrentamento às expressões da “questão social”, as ações e serviços implementados pouco se propõem a superar as causas estruturais emanadas do capitalismo. As ações públicas que permeiam o cotidiano amazônico referem-se a políticas compensatórias incapazes de resolver ou eliminar o fenômeno da “questão social”, pois apenas amenizam os problemas: o que há, de fato, são ajustes face às relações capitalistas, desempenhando uma função essencial como mediadores da reiteração de lutas.

Por fim, deixamos margem para que nossos interlocutores se sintam provocados a aprofundar o conhecimento sobre essas questões prementes com vistas à transformação dessa sociabilidade na perspectiva da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, S. R. *et al.* **Planejamento em saúde: um estudo sobre as reuniões de trabalho na Estratégia Saúde da Família.** 2016. Disponível em: www.admpg.com.br/2016/down.php?id=2158&q=1. Acesso em: 12 set. 2022
- ARCHANJO, Elaine Cristina Oliveira Farias. **Oriximiná terra de negros:** Trabalho, cultura e luta de quilombolas de Boa Vista (1980-2013). 2015. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.
- BEAUVOIR. Simone de. **A velhice.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BELATO, Dinarte. História da velhice. *In:* DALLEPIANE, Loiva Beatriz (org.). **Envelhecimento Humano:** campos de saberes e práticas de saúde coletiva. Ijuí: Ed. Uijuí, 2009.
- BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.** Lei no 8.069. D.O.U. 13 de julho de 1990, Brasília, 1990.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Política nacional de Atenção Básica.** Brasília; 2017. Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/index.php/legislacoes/gabinete-doministro/16247portarian-2-436-de-21-de-setembro-de-2022>. Acesso em: 6 dez. 2022.
- CANTO, Otávio do. **Mineração na Amazônia:** Assimetria, território e conflito socioambiental. Belém: Numa/UFGPA, 2016.
- DEBERT. Guita Grin. **O velho na propaganda.** Disponível em acesso 24/05/2016.
- DEBERT. Guita Grin. **A reinvenção da velhice:** socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- FALEIROS. Vicente de Paula; LOUREIRO. Altair Macedo Lahud. **Desafios do envelhecimento:** vez, sentido e voz. Brasília: Editora Universa, 2006
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA – UNICEF e o Fundo de População das Nações Unidas. – UNFPA. **Gravidez na Adolescência no Brasil – Vozes de Meninas e de Especialistas / Benedito**
- GOLDMAN, Sara Nigri. Terceira Idade e Serviço Social. *In:* REZENDE, Ilma; CAVALCANTE, Ludmila Fontenele. (orgs.). **Serviço social e Políticas Sociais.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia.** 2 ed. Manaus: Editora Valer, 340 p., 2007. (Série: Memórias da Amazônia)
- HAURADOU, Gladson Rosas; AMARAL, Maria Virgínia Borges. Mineração na Amazônia brasileira: Aspectos da presença e avanço do capital na região. **Revista de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão**, v. 23, n. 1, 2019.
- HAURADOU, Gladson Rosas. **O avesso da saúde sob o véu minerário amazônica.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2022.

- HAZEU, M. T.; COSTA, S. M. G. da; FIALHO NASCIMENTO, N. S. Comunidades tradicionais e sindicatos em conflito com estado e capital em Barcarena (PA). **Argumentum**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 173-187, 2019. DOI: 10.18315/argumentum.v11i1.22671. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/22671>. Acesso em: 9 maio 2021.
- HENRIQUES, M.H.; SILVA, N.; SINGH, S.; WULF, D. **Adolescentes de hoje, pais do amanhã: Brasil Nova York**: 1989. Alan Gutmacher Institute.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. Editora Cortez: São Paulo. 23. ed. 2011.
- LIMA, Araújo. **Amazônia: a terra e o homem**. 5 ed. Manaus: Secretaria de Cultura/Governo do Estado do Amazonas, 2001.
- MAIA, Maiana; MALERBA, Julianna. **A mineração vem aí... e agora?** Um guia prático em defesa dos territórios. Rio de Janeiro: Fase / Poemas, 2019. Série Mineração: Para Quê? Para Quem? Caderno 1.
- MALHEIRO, Bruno Cezar. Geografias de exceção na Amazônia: Grandes projetos de mineração e seus processos de territorialização. **Ciência Geográfica**, Bauru, XXIV, v. XXIV (3) jan./dez. 2020. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xxiv_3-36.pdf. Acesso em: 12 out. 2020.
- MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Mineração versus comunidades tradicionais extrativistas no extremo oeste do Pará**: Deterioração de igarapés, lagos e corte de matas e castanheiras. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mineracao-versus-comunidades-tradicionais-extrativistas-no-extremo-oeste-do-para-deterioracao-de-igarapes-lagos-e-corte-de-matas-e-castanheiras/>. Acesso em: 14 out. 2020.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. ed. 16. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. In: NETTO, J. P. (org.) O leitor de Marx. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- MONTEIRO, M. de A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 187-207, 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100012. Acesso em: 4 ago. 2018.
- PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- PICANÇO, Dayana Feitosa. **O trabalho do (a) assistente social na atenção básica à saúde em UBS's: a gravidez na adolescência em Parintins-AM**. TCC de Graduação (Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas. 2022. 76 f.: il.: 31 cm.
- PORTAL AMAZÔNIA. **Um ano depois, massacre de Pau D'arco, no Pará, tem 13 indiciados**. Manaus, 2018. Disponível em: <http://portalamazonia.com/noticias/um-ano-depois-massacre-de-pau>

EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA AMAZÔNIA: apontamentos sobre exploração mineral, saúde e envelhecimento

darco-no-para-tem-13-indiciados. Acesso em: 27 maio 20.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Abya Yala**. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala>. Acesso em: jun. 2020 [2009].

QUEIROZ, I.N.B. et al. Planejamento Familiar na Adolescência na Percepção de Enfermeiras da Estratégia Saúde da Família. **Rev. Rene**, v. 11, n. 3, p. 103-113 jul./set.2010

REES, William. “**Primeiras nações**”: As populações nativas do Canadá (Artigo). Tradução de Bruno Leal Pastor de Carvalho. In: Café história — história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/primeiras-nacoes-canada/>. Publicado em: 7 nov. 2018. Acesso em: 6 dez. 2018.

RIBEIRO, E.C.O.; MOTTA, J.I.J. **Educação permanente como estratégia na reorganização dos serviços de saúde**. Divulgação em Saúde Para Debate, n.12, p.3944, jul. 1996.

SAKAMOTO, L. Triste herança. **Repórter Brasil**, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe>. Acesso em: 23 jul. 2018

SAÚDE, B. V. (s.d.). **Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia**. Disponível em: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: <https://bvsmms.saude.gov.br/semana-nacional-de-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia01a-08-02>.

SCHERER, Elenize Faria. **Assistência aos desassistidos manauenses**. Manaus: Edua, 2016.

SCHERER, Elenise (org.). **Questão Social na Amazônia**. Manaus: Edua, 2009.

SILVA, Heloísa Helena Corrêa. **Expressões da Assistência Social no Médio Juruá – Amazonas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012

SILVA, Leiliane Amazonas da. **Cotidiano na velhice em Parintins/AM**: concepções de Participantes do Centro de Convivência do Idoso “Pastor Lessa”. Manaus. 2016

SOUSA, Valmiene Florindo Farias. **Cidadania e envelhecimento em Parintins: um enfoque para o programa de atenção integral ao idoso**– Manaus: UFAM, 2011.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009

SUS, D. T. (fev de 2020). **Informações de saúde**. Fonte: DATASUS- Tecnologia da Informação a Serviço do Sus: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvam.def>.

TEIXEIRA, J. B. A assistência social na Amazônia. **Serviço Social e Sociedade**, ano XIX, n. 56, 1998.

TEIXEIRA, J. B. Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 141-152, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Barragens de mineração na Amazônia**: O rejeito e seus riscos associados

em Oriximiná. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2021. Estudos; 1.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Movimentos sociais em área de mineração na Amazônia brasileira**. In: e-cadernos CES, n.17, 2012, p. 56-84

VERBETES.CETEM. **Mineração de manganês deixa passivo socioambiental em Serra do Navio (AP)**. Rio de Janeiro: CETEM, 2012. Disponível em: www.verbetes.cetem.gov.br. Acesso em: 18 jul. 2018